

## AS PALAVRAS, O ESPAÇO E A LÍNGUA: O VOCABULÁRIO PERNAMBUCANO\*

José Horta Nunes

Universidade Estadual Paulista - Unesp

**RESUMO:** *Este artigo analisa o Vocabulário Pernambucano, de Pereira da Costa, do início do século XX. O discurso desse dicionário produz um deslocamento na história da lexicografia brasileira, com a passagem de uma perspectiva histórica em direção a uma perspectiva sincrônica e geográfica da língua. Nos verbetes, a relação entre nomes comuns e próprios instala um discurso geográfico nacional no interior do dicionário regional. Este discurso remete a uma memória dos colonizadores e seus gestos de conquista dos espaços. As análises mostram ainda como a sinonímia, a derivação e os exemplos funcionam na construção dessa imagem sincrônica e geográfica da língua.*

**ABSTRACT:** *This paper analyses the Vocabulário Pernambucano, by Pereira da Costa, from the beginning of the 20th century. The discourse of this dictionary produces a shift in the history of Brazilian lexicography, changing from a historical perspective to a synchronic and geographical perspective. In the entries, the relation between common and proper names installs a national geographical discourse in the regional dictionary. This discourse refers to the memory of the early settlers and their conquest of spaces. The analyses also show how synonymy, derivation and examples work in the construction of this synchronic and geographical image of the language.*

Nos primeiros decênios do século XX, no Brasil, alguns instrumentos lexicográficos produzem mudanças no modo de considerar a língua. Enquanto os grandes dicionários portugueses circulavam, uma produção local se desenvolvia continuamente, impulsionada pelos dicionários de brasileirismos e de regionalismos. Os primeiros receberam um estímulo com o projeto de um grande dicionário de brasileirismos, sustentado pela

Academia Brasileira de Letras desde 1897; e os segundos aparecem na medida em que se formam tradições lexicográficas regionais sobretudo desde a segunda metade do século XIX. Analisaremos aqui uma amostragem de um exemplar desse último grupo, o *Vocabulário Pernambucano*, de Pereira da Costa (1976), mostrando ao mesmo tempo a ligação com uma discursividade relativa ao primeiro grupo. De fato, observa-se uma relação entre esses dois domínios cuja tessitura ainda não se mostra muito bem. Vamos, então, tentar compreender alguns fatos constitutivos da ligação que o dicionário constrói entre um espaço nacional e um espaço regional.

O *Vocabulário Pernambucano* recebeu sua primeira edição em 1937 por meio da Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Esta data coincide com o fim da República Velha e o estabelecimento do Estado Novo. Mas a confecção do dicionário remete aos inícios do século XX, sendo que o autor faleceu em 1923. Pereira da Costa era formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Foi político e autor de trabalhos sobre a história do estado de Pernambuco, a produção literária popular, o folclore. Foi também um dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras. O dicionário apresenta definições, exemplos e comentários enciclopédicos, etimológicos e geográficos.

Vamos mostrar que o *Vocabulário* de Pereira da Costa produz um deslocamento em relação aos dicionários da segunda metade do século XIX. Esse deslocamento consiste na instalação de procedimentos que mudam a maneira de conceber o espaço e os locutores que o ocupam. É uma mudança, de início, da concepção histórica da linguagem, que pouco a pouco se desloca rumo a uma concepção geográfica; e em seguida, da representação dos locutores no discurso lexicográfico. Consideramos o dicionário como um *instrumento lingüístico* que transforma o espaço-tempo dos locutores, segundo a perspectiva de S. Auroux (1992), e também como um objeto discursivo, segundo a perspectiva de Collinot e Mazière (1997). O *Vocabulário Pernambucano* constrói uma nova dimensão do espaço e da língua, delimitando as palavras que pertencem a um domínio regional e produzindo uma discursividade do território nacional. Como acontecem essas mudanças? Quais são as condições de seu aparecimento e os procedimentos discursivos que as sustentam?

Um dos fatores que produzem modificações nos estudos da linguagem no início do século XX é a relação com a geografia<sup>1</sup>. No *Vocabulário*, nota-se isto quando se observam os comentários sobre o uso das palavras no contexto regional. Além disso, alguns verbetes trazem a denominação de nomes geográficos, efetuando uma passagem do nome comum ao nome próprio. Este procedimento é acompanhado de um mecanismo discursivo que desloca as fontes enunciativas da denomina-

ção. Não são mais os índios que estão na origem das denominações dos lugares geográficas, mas sim os primeiros colonizadores e os fundadores das cidades. Esse efeito discursivo é produzido pela remissão a um discurso primeiro, o qual funciona como um pré-construído. Fazemos alusão aqui às citações da obra de T. Sampaio (*O Tupi na Geografia Nacional*, 1987), bem como à inserção de seu discurso no dicionário.

Outras técnicas lexicográficas empregadas no *Vocabulário* são a sinonímia e a derivação. Ao lado da etimologia, e por vezes substituindo-a, vê-se o desenvolvimento de domínios de sinonímia e de derivação tomados em sincronia, o que produz também um desvio em relação à concepção histórica.

A leitura histórica e discursiva do dicionário explicita as camadas constitutivas dos procedimentos lexicográficos, as superposições, as substituições, os deslocamentos. A um certo momento, a combinação desses elementos produz um novo objeto, que não deixa entretanto de apresentar os traços de sua historicidade e dos gestos de leitura que os constituíram. Desse modo, no *Vocabulário* as palavras regionais são atualizadas por meio de um discurso nacional que funciona como uma memória estabilizada.

### As palavras e o espaço regional

O *Vocabulário Pernambucano* foi parcialmente publicado (até a letra B) em 1916, pela Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Mario Melo (1976), diretor da Revista, observa que nesse tempo realizavam-se pesquisas sobre os regionalismos para o futuro *Dicionário da Academia Brasileira de Letras*, concebido nesse momento como um dicionário de brasileirismos. O espaço regional se inscrevia então na discursividade do espaço nacional.

Assim como ocorre com outros dicionários brasileiros desse mesmo tipo, delimita-se uma nomenclatura regional e fala-se da relação entre as palavras e as coisas. A nomenclatura reúne palavras empregadas na região, o que produz um efeito de complementaridade em relação à língua nacional. As entradas não indicam categorias gramaticais, de modo a prevalecer uma concepção enciclopedista. As variações ortográficas são freqüentemente mostradas (*pacaia* ou *pacaio*, *pacavira* ou *paquevira*, etc.). O interior dos verbetes apresenta sintagmas, frases e provérbios que contêm a palavra-entrada, o que vai com a descrição das palavras em uso.

No que concerne à definição, encontram-se procedimentos de tradução do regional em direção ao nacional, aproximações, comparações, comentários enciclopédicos e etimológicos. Vejamos o artigo *Pacamão*:

(1) **Pacamão** – Peixe de couro, de agua doce (*Batrachus chryptocentrus*, Cuv.), muito saboroso, embora bastante feio, como nomeadamente, o pacamão do alto S. Francisco. Cara de pacamão de enchurrada: muito feia. O vocabulo vem do tupy, *pacamo*, e ja era vulgar no alvorecer do século XVII, como se vê da mensão que faz o Padre Ivo d'Evreux de um indio grande feiticeiro, chamado Pacamão, que encontrou na capitania de Cuma, no Maranhão, nome esse naturalmente tomado do peixe, segundo o costume do aborigene.

A relação entre a palavra e a coisa é representada desde o início por meio de um comentário que segue a definição, o qual indica a ligação da palavra *pacamão* com o peixe do rio São Francisco, ou seja, traçando uma correspondência entre a palavra e o mundo. A etimologia indica a origem tupi e o sentido “vulgar” que se disseminou. A menção a um texto do missionário francês Yves D'Evreux produz um efeito de memória, de modo que a dicionarização do espaço regional retoma um discurso histórico sobre esse espaço e suas redondezas. Produz-se então um discurso que fala da palavra, que define essa palavra e que efetua uma localização geográfica e histórica, construindo um percurso que vai das palavras às coisas.

Mas o que a nosso ver constitui a especificidade mais notável desse dicionário são as definições de nomes geográficos. Observa-se aí um conjunto de fatos que marcam a ligação da língua com o espaço. Nota-se, além disso, que, em um mesmo verbete, ocorre uma passagem do nome comum ao nome próprio, do nome na língua e em seguida do emprego desse nome para identificar um espaço geográfico. Tomemos o seguinte verbete:

(2) **Pacova** – O mesmo que armas de S. Francisco, banana, figa: **Dar uma pacova**. O fructo da bananeira ou pacoveira. Si bem que pacova ou pacoba fosse o nome originariamente dado ao fructo dessa conhecida musacea, pela sua procedência indigena, contudo não é muito vulgar entre nos ; é porém corrente em alguns estados do norte, como os do Piayhy, Maranhão e Para, sendo que nestes as espécies exóticas têm o nome comum de **banana**. **Guilherme Pisonis**, que fez os seus estudos em Pernambuco, trata do **pacoba** ou banana, como fructo da musacea vulgarmente chamada **pacobeira** ou **pacoeira** vindo dahi o vocabulo **pacoval**, que corresponde ao de **bananeiral**. Um antigo engenho situado no municipio de Jaboatão, com o nome de **Pacoval**, guarda assim a tradição do termo entre nos. Pacova e pacoval são termos de origem indigena.

Após ter definido a palavra *pacova* e ter falado de seu uso, da relação entre as palavras e as coisas, da proximidade de outras palavras, do uso em outras regiões, da ocorrência histórica, o dicionário fala da deno-

minação dos lugares geográficos: “Um antigo engenho situado no município de Jaboatão, com o nome de **Pacoval**, guarda assim a tradição do termo entre nós”. Esse procedimento de denominação coloca em jogo dois domínios discursivos distintos mas ligados por um ato de denominação: o domínio de um passado originário (a origem do nome indígena) e o domínio de um presente da língua (o uso regional). Veremos em seguida que esse mecanismo é sustentado por um discurso exterior que se inscreve no dicionário e que produz a evidência do discurso geográfico no domínio regional e nacional.

### **Do nome comum ao nome próprio: denominação e interdiscurso**

Um exame de um conjunto de verbetes do Vocabulário Pernambucano nos conduziu a estudar os efeitos de interdiscursividade, quer dizer, os efeitos de uma memória discursiva ligados à prática de denominação<sup>2</sup>. Notamos primeiramente a repetição de citações de textos de T. Sampaio nos verbetes, em particular de sua conhecida obra “O Tupi na Geografia Nacional”, publicada pela primeira vez em 1901. Tais citações são utilizadas seja como fontes da pesquisa etimológica, seja de modo mais localizado como fontes de explicação de nomes geográficos. Observemos os verbetes que seguem:

(3) **Paca** – Mamífero roedor (*Coelogenys paca*), habitante das matas, e excelente caça. “Também se acha grande quantidade de pacas, muito maiores que a lebre, listradas de pardo e branco, cuja carne por gorda, é semelhante a do porco, porém mais saborosa.” (Dialogos das grandezas do Brasil). Um dia, um dia, cachorro de pacca mata cutia. (Dictado). O vocabulo, segundo Teodoro Sampaio, vem de pag. O que é vivo, esperto, agil ; mas, como escreve Macedo Soares, vem de pac, acordar, despertar, tirado do costume desse roedor de despertar ao anoitecer. Quando alguém o vê diz: iguê-pac, despertou.

(4) **Pacu** – Peixe de rio, de escamas, muito comum nas correntes da zona sertaneja, vindo daí o nome de **Pacus**, de uma povoação no município de Flores. Deste peixe ha tres espécies conhecidas pelos nomes de **Pacu tinga**, granco ; **piranga**, vermelho ; e **pinima**, pintado. **Pacu** vem do tupy, corruptela de **pag-ù**, rapido ou veloz no comer o peixe fluvial **Prachilodus argenteus**. (Teodoro Sampaio).

(5) **Palmeiral** – O mesmo que palmar, ou campo de palmeiras. Com o nome de Palmeirão ha um engenho no município de Pau d’Alho.

No verbete (3), *paca*, a citação de Teodoro Sampaio é utilizada como fonte etimológica do nome comum; no artigo (4), *pacu*, a citação explica, além do nome do peixe, o nome do lugar (“Pacus – uma povoação no município de Flores”). Logo, ocorre uma passagem do nome comum ao nome próprio. O que nos importa no momento é a constituição de uma prática de denominação dos lugares geográficos inscrita em um discurso em circulação nessa conjuntura. Para compreender essa prática, que sustenta o discurso lexicográfico, vamos abordar alguns aspectos do discurso de Teodoro Sampaio.

### Teodoro Sampaio: o tupi na geografia nacional

Publicado em 1901, portanto uma quinzena de anos antes do *Vocabulário Pernambucano*, o livro de Teodoro Sampaio “O Tupi na Geografia Nacional” tornou-se uma referência no domínio, que se trate do estudo de nomes geográficos ou de modo geral da etimologia de nomes tupi. Esta obra se inscreve no conjunto dos trabalhos consagrados à língua nacional no final do século XIX e início do XX. Nesse contexto, importa descrever a língua falada “no Brasil” e, por conseguinte, delimitar o território e os locutores da língua nacional. O tupi já havia funcionado como símbolo de identidade nacional e como língua dos antepassados brasileiros. Agora trata-se de atualizar esse passado, de construir um novo sistema de referências, de compreender os sentidos atuais das palavras tupis em uso por locutores brasileiros. O problema visado por Teodoro Sampaio é o da interpretação dos nomes indígenas empregados nas denominações geográficas, nomes que, segundo o autor, são ininteligíveis para as novas gerações:

*Não há quem desconheça a predominância do tupi em nossas denominações geográficas. As nossas montanhas, os nossos rios, as cidades, como os simples povoados, trazem geralmente nomes bárbaros que o gentio, dominador outrora, lhes aplicou, que os conquistadores respeitaram e que hoje são de todos preferidos, pois, não raro, trocam-se, substituem-se nomes portugueses de antigas localidades por outros de procedência indígena, às vezes lembrados ou compostos na ocasião, às vezes restaurados pelos amadores de coisas velhas e tradicionais.*

*Mas estas denominações geográficas, explicáveis e naturalíssimas numa época em que o tupi era a língua geral ou a mais falada no país, são agora, para as modernas gerações, verdadeiros enigmas que as alterações cotidianas ou as inevitáveis corruptelas vão tornando indecifráveis.*

*Portanto, preservar-lhes a grafia verdadeira e a verdadeira pronúncia, fixar-lhes o significado, interpretado através do véu obscuro dos metaplasmas, vale tanto como resguardar um monumento histórico. (Sampaio, 1987, p. 63)*

O conjunto das denominações geográficas é formado em sua maioria por nomes em língua indígena e coloca em relevo o ato de denominação. Passa-se do domínio da língua ao domínio da enunciação no território brasileiro e do nome indígena à enunciação brasileira. A questão que segue é: quem nomeou, quando e como? A resposta dada por Teodoro Sampaio vai no sentido de indicar os primeiros colonizadores, os bandeirantes. Com isso, a pesquisa da etimologia na língua indígena supõe um discurso fundador produzido pelos colonizadores. A prática da conquista nesse contexto é também a prática de denominação dos espaços geográficos:

*A vasta superfície que, por um exame geográfico do nosso país, se reconhece ter sido avassalada pelo tupi, não pode, de modo algum, ser atribuída à força de expansão própria da raça primitiva, que dominava no litoral e em grande parte do interior, ao tempo do descobrimento pelos portugueses. Vastíssima, na verdade, era a região por onde dominou a língua tupi no novo continente; no Brasil, porém, deve-se a sua mais notável expansão aos próprios conquistadores europeus, às numerosas expedições ou bandeiras que penetraram nos sertões para descender escravos índios e para a pesquisa do ouro; deve-se principalmente à catequese que tornou geral esse idioma bárbaro e o cultivou. (Sampaio, 1987, p. 68)*

O movimento das bandeiras é colocado como um acontecimento fundador de uma discursividade: aquela dos primeiros colonizadores, locutores da Língua Geral. Esses locutores (os europeus e seus descendentes mestiços) são considerados responsáveis pela expansão da *língua geral* e pelos atos de denominação do território nacional. Constrói-se desse modo uma unidade geográfica nacional e uma fonte enunciativa das denominações, remetida aos locutores da colonização. Não são mais os índios que nomeiam, mas os colonizadores que, retomando nomes já atribuídos pelos índios ou criando outros, formam uma rede de denominações no território nacional. Observemos estes dois verbetes do dicionário de T. Sampaio:

(6) **Para** – O mesmo que **mbara**, ou **mara**, s., o mar. Segundo Batista Caetano compõe-se de **y-pa-ra**, e significa – águas todas colhe – isto é, o colecionador das águas. No tupi – para – é o rio volumoso, o caudal.

91, 92. O vocabulo **para** significa também variedade, policromia, e, como derivado de **parab**, funciona como adjetivo, significando: vario, variegado, multicolor.

(7) **Paracatu** c. **Para-catu**, o rio bom, praticavel. Minas Gerais.

Os verbetes de Sampaio apresentam descrições e comentários gramaticais. A palavra é explicada enquanto estrutura morfológica. Consideram-se as variações formais, a polissemia, as derivações. Constrói-se então um discurso gramatical, como se vê em *para*, que cobre em língua indígena as noções de *mar* e de *rio*. Os nomes dos rios, dos quais uma grande quantidade é descrita no dicionário, são um exemplo de nomes comuns que passaram a funcionar como nomes próprios em uma grande extensão do território nacional. O artigo *paracatu* dá a tradução morfológica do nome (rio bom), seguida da localização geográfica (o estado de Minas Gerais). A descrição do tupi serve nesse caso para legitimar o discurso do colonizador, para construir imagens bem-sucedidas dos atos de denominação originárias, fundadas em uma gramática supostamente bem estruturada e que forneceria o sentido "verdadeiro". Os nomes resultam desse processo de combinação morfológica objetivada e localizada em um quadro geográfico e histórico.

#### A memória e a significação do espaço

A retomada do discurso de Teodoro Sampaio pelo *Vocabulario Pernambucano* produz um efeito de memória que consiste em reescrever o discurso geográfico nacional em um dicionário regional. Mesmo quando não há citação, nota-se que o processo de denominação é o mesmo, quer dizer, explica-se o nome no contexto indígena e em seguida mostra-se o uso dos colonizadores, indicando os atos de denominação dos lugares:

(8) **Pacavira** – Mudavel, variavel, inconstante, vira-folha. Pacavira ou paquevira é uma planta Cusacea de porte baixo, que vegeta em touceiras, de grandes folhas, largas, compridas com a face superior de cor verde, e a inferior, revestida de um pello esbranquiçado, de forma que, agitadas pelo vento, deixam sucessivamente ver a sua dupla coloração; vindo daí a expressão do vocabulo. Almeida Pinto não trata desse vegetal, salvo se o faz com uma outra denominação, que não as duas mencionadas. Descrevendo Frei Vicente do Salvador a marcha dos indios para a guerra, e tratando das suas provisões de viagem, chama paquevira ao seu farnel de farinha, dizendo que é um embrulho liado, feito de umas folhas rijas, que nem se rompem, nem a água as passa. Seriam essas folhas, porventura, as da pacavira, e dahi o nome do far-

nel? Com a denominação de pacavira há um engenho no município de Ipojuca e um outro no do Rio Formoso; e com a de Paquevira, uma florescente povoação no de Canhotinho, um engenho e uma serra no de Timbau'ba e um riacho no de Correntes.

Estes procedimentos atestam a construção do instrumento dicionário como um lugar de memória. Duas temporalidades se entrecruzam na formulação desse discurso lexicográfico: aquela de um passado dos índios e dos antigos colonizadores e aquela da interpretação contemporânea dos nomes geográficos. Nota-se que esses procedimentos ocorrem também quando se trata de palavras de origem portuguesa, como no artigo seguinte:

(9) **Panella** – Redemoinho, voragem, sorvedouro. “A cachoeira da Várzea Redonda (Rio São Francisco) apresenta algumas panellas, ou redemoinhos, junto aos rochedos negros da margem direita, que põem em grande perigo as canôas que se aproximam delas.” (Fernando Alfred). *É da existência desses sorvedouros que vêm algumas denominações locais, no grande rio, como nomeadamente, o serrote da Panella, a ilha da Panella. [...]*

Em resumo, a coexistência do nome comum e do nome próprio no verbete do *Vocabulário Pernambucano* é um traço do discurso que liga a língua à geografia e que opõe o discurso etimológico ao discurso de uso regional. O sentido do regional é aqui remetido ao nacional através da repetição de uma memória discursiva que sustenta a imagem da colonização e estabelece as condições da regionalização.

#### **Sinonímia, derivação e efeito de simultaneidade**

Ao lado da prática de denominação de lugares, encontram-se no *Vocabulário Pernambucano* outros procedimentos que conduzem à significação sincrônica. Trata-se do trabalho com dois fatos de língua: a sinonímia e a derivação. Os sinônimos e os derivados são apresentados em alguns verbetes, alternando-se com as etimologias. Nos casos abaixo, não encontramos etimologias, porém percebe-se o trabalho com a sinonímia e a derivação:

(10) **Pabulagem** – Empafia, gabolice, jactância, impostura, pedantismo. “Deixa dessa pabulagem, Que tu só pescas de anzol ; Eu não pesco mas atiro E não erro um tiro só.” (Versos de desafio). Negro, em tuas pabulagens Eu não posso acreditar ; Pois eu também tenho negro Mas não

boto a vadiar.” (Cancioneiro do Norte). Chapéu de banda é pelinragem, chinello nos pés é pabulagem. (Dictado popular). Derivados: Pabulação ; Bezouro não vale nada, Mas fura que nem ferrão.” (Versos de desafio). Besteiras do moleque João Pedro, se pabulando que é inspec-tor do Espinheiro.” (A Pimenta n. 9 de 1914). Pabulo: Gabola, fanfarrão jactancioso, pretencioso. “Não acreditava porém a gente do lugar nas proezas de arromba, que blazonava o pabulo.” (José de Alencar).

(11) **Pagode** – Zombaria, mofa, debique. Tomar pagode com alguém: troçar, metter a redículo, escarnecer. “Deixe que tome pagode com quem tem cara de assento.” (O Ratão). “Pois então me trate serio, Não me tome a seu pagode, Senão eu faço tũ ires De Pilatos a Herodes.” (Cancio-neiro do Norte. Derivados: Pagodear. Brincar, folgar, divertir-se ; zombar, motejar, troçar a alguém. Pagodeira, divertimento, brincadeira, festança.

De um lado, a enumeração dos sinônimos em *pabulagem* (*empafia, gabolice, jactancia, impostura, pedantismo*) constrói uma imagem de riqueza da língua. Nota-se que a significação dos sinônimos não é distinguida e que eles aparecem como equivalentes justapostos. De outro lado, os deri-vados (*pabulação, pabulo*) constroem uma imagem de produtividade. Isso ocorre também em *pagode*, onde vêm enumerados os sinônimos *zomba-ria, mofa, debique* e os derivados *pagodear* e *pagodeira*. A combinação desses dois mecanismos faz com que a língua seja descrita em seu funciona-mento relativamente autônomo. Estamos aí mais próximos do dicionário de língua ; além disso, os comentários enciclopédicos estão ausentes, o que nos parece um índice de um deslocamento que vai da concepção histórica à concepção sincrônica da língua. Descreve-se a produtividade da língua sem fazer menção da origem ou da relação da palavra com a coisa.

O fato de que os sinônimos sejam colocados em início do verbete parece significativo. Isso mostra que o lexicógrafo coloca em primeiro plano o funcionamento lingüístico na simultaneidade do uso, o que produz uma diferença em relação aos dicionários brasileiros do final do século XIX, nos quais a definição e a etimologia é que eram colocados no início. Produz-se, então, um deslocamento: a substituição da etimologia pela sinonímia e a derivação vai no sentido da sincronia da língua, o que expli-ca igualmente o deslocamento que se opera do histórico em direção ao geográfico.

### O corpus de exemplos

O último procedimento do qual falaremos é a exemplificação. Os exemplos no *Vocabulário Pernambucano* constituem um conjunto de

fatos de uso regional. A variedade é grande: citações, provérbios, ditados populares, textos de literatura regional, sintagmas cristalizados. O verbebo abaixo testemunha a manifestação de vários tipos de exemplos:

**(12) Pamonha** – Especie de bolo de fuba de milho ou arroz cozido com agua e sal até ficar gelatinoso, e envolto em folhas verdes de bananeira ; e depois de frio, dissolvido em agua e assucar, tornando-se assim uma alimentação refrigerante e substancial, com o nome de garapa de pamonha, mui aconselhada às mulheres que amamentam. “O tal discursarão era assim uma cousa à modo de pamonha mettida em folhas de banana.” (O Azorrague n. 22 de 1845). “E com um bambu uma pamonha.” (Luiz Alves Pinto 1780). Pamonha doce; preparada com a massa de milho verde temperada com leite de côco e assucar, e cosida depois, envolta na palha do proprio milho. Individuo inerte, moleirão, preguiçoso. “Muita gente julgava o Sr. Netto uma pamonha de carne. (O Diabo a quatro n. 106 de 1877). “A mulata, si é bonita, quasi sempre é sem-vergonha ; casa com negro cambado, Pare moleque pamonha.” (Lanterna Magica n. 46 de 1895). “Era certamente, em vez de mulher, uma pamonha.” (Lanterna Magica n. 799 de 1905). Cara de pamonha. “Uma cara de pamonha. “Uma cara chata, assim à semelhança de pamonha doce, embrulhada em folhas de bananeira.” (O Campeão n. 46 de 1862) Pamonha, Segundo Teodoro Sampaio, vem do tupy, pamuna, certa comida preparada pelos indios com o milho ralado.

A maioria dos exemplos provém de textos jornalísticos e de periódicos locais, que são freqüentemente mencionados, com nomes muitas vezes lúdicos (O Cometa, A Pimenta, O Binoculo, Lanterna Magica, Diario de Pernambuco, O Paladim, O Etna, O Guarda Nacional, O Barco dos Patoteiros, A Derrota, Jornal Pequeno, Jornal do Recife, A Carranca, O Carapuceiro, O Azorrague, O Diabo a Quatro, O Campeão, O Homem, O Artilheiro, O Vapor dos Traficantes, A Duqueza do Linguarudo, O Clarim da Fama, America Illustrada, O Cabibaribe). As referências são detalhadas, com indicações do ano e do número da publicação. Estas fontes conferem uma atualidade ao dicionário, sustentado assim pelo discurso cotidiano, do espaço público e privado. Vários exemplos repercutem também o domínio político, freqüentemente com tonalidades polêmicas ou mesmo irônicas. A palavra *pachecada*, por exemplo, definida como “tolice”, é ilustrada com uma citação política e lúdica retirada de um periódico de Pernambuco: “Com licença do Coronel Pacheco e outros Pachecos pela pachecada da invensão do prefeito”. O aspecto lúdico apresenta-se também por meio de expressões populares, de versos em rima, de chistes. Observemos o discurso popular na exemplifica-

ção de pagar e não bufar: (*Zé povo é que paga tudo, e não bufa*), ou em pancada: (*E eu não caio na tal carriola, porque nunca tive pancada na bola*). Esses discursos constroem uma visão crítica e ao mesmo tempo lúdica, irônica, por vezes moralista, dos fatos cotidianos. Detectamos citações e jornais dentro de um período de 88 anos (de 1829 a 1917), o que forma um corpus considerável de textos jornalísticos da região.

A literatura regional anônima ocupa também um lugar importante no corpus de exemplos: versos de cancioneiros (*Pois então me trate sério, não me tome a seu pagode, senão eu faço tu ires de Pilatos a Herodes*), ditados populares (*Chapéu de banda é pelinragem, chinello nos pés é pabulagem*), desafios (versos produzidos em uma disputa oral) - *Deixa dessa pabulagem, Que tu só pescas de anzó; Eu não pescos mas atiro E não erro um tiro so*). Alguns autores literários também são citados, mas menos assiduamente: José de Alencar, M. de Oliveira Lima, Juvenal Galeno, entre outros. Dentre os escritores há figuras representativas do Barroco (Gregório de Matos) e do Romantismo (Gonçalves Dias). Encontram-se ainda textos de viajantes, missionários, cientistas que estiveram na região durante a Época Colonial: Fr. Vicente, Ivo d'Evreux, Guilherme Piso. Em relação aos comentários gramaticais, notam-se citações de Jean de Léry e de Montoya da Época Colonial, bem como de autores do final do século XIX e início do XX, tais como Baptista Caetano e Teodoro Sampaio. Mencionam-se ainda autores da tradição lexicográfica portuguesa e brasileira: Bluteau, Moraes, Macedo Soares.

### Conclusão

A gramatização em um país de grandes dimensões como o Brasil coloca o problema da unidade nacional e da diversidade regional. Se consideramos as especificidades das gramatizações regionais, com a produção de instrumentos em tradições sócio-culturais, literárias e políticas singulares, percebemos as características de cada uma dessas regiões. Ao mesmo tempo, nota-se que esses conjuntos de práticas regionais se entrecruzam, com relações entre regiões e também com remissões a trabalhos de gramatização nacional. Nessas condições, a gramatização regional desenvolve, de um lado, atividades de formação de corpus, procedimentos lexicográficos e práticas de leitura de arquivos. De outro lado, essas práticas colocam em relação o saber regional e o saber nacional, construindo ligações espaço-temporais, redes de memórias, alianças e esquecimentos.

Observe-se que o *Vocabulário Pernambucano* já nos deixa entrever a dicionarização de um espaço urbano, ao contrário do que acontece com instrumentos regionais anteriores. O corpus de exemplos consti-

tuído com predominância de textos jornalísticos e da linguagem cotidiana (conviviabilidade, trabalho, política, economia, espaço doméstico) é um signo da urbanização e do crescimento da população. Apesar do enfraquecimento da economia regional em Pernambuco e da redução de sua influência política durante a Primeira República<sup>3</sup>, vê-se desenvolver uma prática lexicográfica que atualiza a memória de uma região que tem uma tradição política e cultural sedimentada, marcada pelos contatos internacionais e pela influência da cidade portuária do Recife.

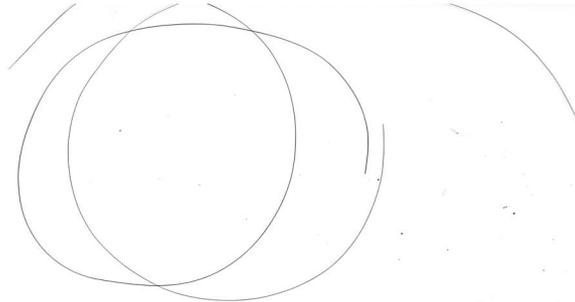
A denominação dos lugares, sustentada por um discurso geográfico nacional, torna visíveis as transformações que afetam a relação dos sujeitos com a língua. Há uma expansão horizontal do espaço lingüístico e um efeito de memória que retoma o discurso das conquistas. A relação do nome comum e do nome próprio cria um efeito de espacialização da linguagem: os nomes têm uma história, quase esquecida, mas que o espaço nomeado guarda. Trata-se de um fato lingüístico e político em que nomear corresponde a controlar o espaço; é um gesto reprodutor da interpretação dos colonizadores<sup>4</sup>.

Com relação aos procedimentos de sinonímia e de derivação, vimos que eles produzem o efeito de uma certa autonomia em relação à história e à etimologia, de modo que a descrição lingüística avança sobre a enciclopédica. Desse modo, podemos dizer que os dicionários regionais são um lugar produtivo de descrição da língua nesse processo que trabalha as fronteiras do histórico e do geográfico.

O *Vocabulário Pernambucano* aparece em um momento de busca de identidade nacional no início do século XX, quando o léxico desempenha um papel fundamental. Nesse momento, a construção da unidade, que era também construção da diferença em relação a Portugal, passa pela descrição dos brasileirismos. Pensamos, no entanto, que o estabelecimento das tradições regionais ultrapassa esse objetivo, já que ele coloca em funcionamento todo um conjunto de procedimentos de instrumentação, como vimos. Percebe-se que o espaço de gramatização brasileiro é desigual, já que cada região tem uma história de constituição de seus instrumentos. Vê-se, finalmente, que as relações entre esses instrumentos, das quais mostramos alguns aspectos discursivos, formam uma rede que dá um sentido à unidade nacional, unidade marcada por deslocamentos, continuidades, esquecimentos, expansões e delimitações.

#### Notas

- \* Este trabalho está relacionado ao projeto de pós-doutorado: "O discurso popular em dicionários brasileiros de língua portuguesa", apoiado pela FAPESP (processo nº 02942-4).



José Horta Nunes - O espaço e a língua

1. Para uma abordagem sobre o deslocamento de uma concepção histórica em direção a uma concepção geográfica dos estudos lingüísticos, ver R. Engler ("La géographie linguistique". In *Histoire des Idées Linguistiques*, Tome 3, S. Auroux (Ed.). Sprimont: Pierre Mardaga, 2000).
2. Utilizamos o conceito de *interdiscurso* tal como desenvolvido em *Análise de Discurso* e que se pode, em breve, resumir-se nestas palavras de E. Orlandi: "A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra." (*Análise de Discurso: princípios e procedimentos*, Campinas: Pontes, 1999, p. 31).
3. Ver R. Levine ("Pernambuco e a federação brasileira 1889-1937". In *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. III - O Brasil Republicano, B. Fausto (Ed.). São Paulo: DIFEL, 1985. p. 122-151).
4. Os estudos de E. Orlandi mostram o funcionamento dos gestos de denominação dos colonizadores desde a Época Colonial no Brasil, explicitando as relações de força e os mecanismos lingüísticos que aí estão em jogo (*Terra à Vista*. São Paulo: Cortez, 1990).

**Referências bibliográficas**

- COLLINOT, A. & MAZIERE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- COSTA, F. A. P. da. *Vocabulário Pernambucano*. Recife: Governo do estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1976.
- ENGLER, R. "La géographie linguistique". In *Histoire des Idées Linguistiques*, Tome 3, S. Auroux (Ed.). Sprimont: Pierre Mardaga, 2000.
- HONÓRIO-CECI, M. A. "O vocabulário geográfico brasileiro e a construção da identidade lingüística". *Línguas e instrumentos lingüísticos*, n. 12. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Pontes Editores, 2003, p. 65-76.
- LEVINE, R. "Pernambuco e a federação brasileira 1889-1937". In *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. III - O Brasil Republicano, B. Fausto (Org.). São Paulo: DIFEL, 1985. p. 99-122.
- ORLANDI, E. *Terra à Vista*. São Paulo: Cortez/Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Análise de Discurso*, Campinas: Pontes, 1999.
- SAMPAIO, T. *O Tupi na Geografia Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987.

**Palavras-chave:** lexicografia brasileira, palavra, discurso, instrumentação  
**Key-words:** Brazilian lexicography, word, discourse, instrumentalization